

Tião Viana participa do 14º Fórum de Governadores da Amazônia

03.05.2017 - Eduardo Gomes



Um dos assuntos do Fórum é o Cadastro Ambiental Rural (Foto: Gleilson Miranda/Secom)

Porto Velho, capital de Rondônia, sedia nesta quinta e sexta-feira (4 e 5) a 14ª edição do Fórum de Governadores da Amazônia Legal. O evento reúne chefes de Estado, secretários estaduais e técnicos da administração direta e indireta. Representantes dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins estarão presentes.

O fórum vai discutir problemas comuns na região e propor políticas públicas que possam ser implementadas em conjunto para desenvolver a região. O espaço também vai servir para que os Estados avaliem a atuação do governo federal e cobrem mais investimentos.

Um dos pontos altos do fórum diz respeito à criação do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, uma espécie de gabinete integrado que reunirá meios para cooperação em diversas áreas. A proposta para a criação foi apresentada em janeiro deste ano, durante a 13ª edição do Fórum, realizada em Macapá (AP).

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Meio Ambiente

O meio ambiente estará em pauta no encontro. Os governadores e secretários devem discutir estratégias para fortalecer a atuação dos organismos públicos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como o compartilhamento de tecnologias e informações relacionadas ao programa do governo federal.

A política regional para Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal também será tratada pelos demais estados, já que o Acre é pioneiro na implementação do REDD.

Na Amazônia, muitos projetos de desenvolvimento com baixa emissão de gases, conservação das florestas e mitigação das alterações climáticas ainda estão em fase de elaboração.

Segurança

Secretários e governadores devem definir políticas públicas prioritárias, fontes de recursos e estratégias para a redução da criminalidade na Amazônia a partir dos acordos fechados com o governo federal.

Durante o Fórum, os estados devem buscar o apoio do Ministério da Justiça para reforçar a segurança nas áreas de fronteira, combater o crime organizado e fortalecer a atuação de suas equipes de inteligência.

Comunicação

Secretários da pasta em todos os estados se articulam para a criação do Fórum de Secretarias de Comunicação da Amazônia Legal. O mecanismo pode facilitar a atuação em momentos de crise e uniformizar procedimentos.

A comunicação deve ser discutida de maneira ampla, com todas as suas vertentes. Redes sociais, convergência, comunicação pública e novas tecnologias também vão nortear os debates.

<http://www.agencia.ac.gov.br/tiao-viana-participa-14o-forum-de-governadores-da-amazonia/>

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Fórum de governadores discute temas ligados ao meio ambiente

04.05.2017 - Eduardo Gomes



Magaly falou do trabalho desenvolvido pelo governo junto às comunidades tradicionais (Foto: Diego Gurgel/Secom)

A 14ª edição do Fórum de Governadores da Amazônia Legal teve início nesta quinta-feira, 4, e está tratando temas importantes para os estados. Segurança, comunicação, desenvolvimento e meio ambiente tomam conta dos debates com gestores, técnicos e procuradores do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Roraima, Tocantins e Rondônia.

O Acre enviou representantes para debater assuntos relacionados ao fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), criação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e da política regional de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental (REDD).

O secretário de Meio Ambiente, Edegard de Deus, destacou os avanços que as equipes acreanas alcançaram no CAR. O processo foi finalizado e agora segue para implantação do PRA, que prevê uma série de medidas a serem adotadas por quem ultrapassou a cota de desmatamento.

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

“Nós conseguimos reunir quase 50 mil propriedades do Cadastro Ambiental Rural nos 22 municípios acreanos. A partir de agora, vamos analisar se há passivos ou não. Aqueles que tiverem terão que plantar e recuperar as áreas. Para isso o governo já oferece alternativas”, disse Edegard de Deus.

O Acre é um dos estados pioneiros na implantação das políticas de redução de gases, devastação e degradação.

Magaly Medeiros, diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas, lembrou que o governo tem uma preocupação com as comunidades tradicionais e povos indígenas, por isso investe nesse tipo de iniciativa.

“Fazemos um enorme esforço para manter as florestas em pé, salvaguardando o modo de vida dessas comunidades que detêm florestas. As parcerias para desenvolver as políticas de REDD na região são fundamentais. Temos tentado estabelecer relações com organismos internacionais que possam nos auxiliar nesse processo”, disse.

Durante o encontro, os representantes dos estados e do governo federal já deixaram marcadas duas reuniões para o fim dos meses de maio e junho.

O diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre, Dande Tavares, avaliou como fundamental a discussão sobre preservação. “Estamos contando com a sensibilidade dos governadores e do Ministério do Meio Ambiente para que possamos atualizar esse cenário, já com a nova posição do governo brasileiro”, declarou.

<http://www.agencia.ac.gov.br/forum-de-governadores-discute-temas-ligados-ao-meio-ambiente/>

Cadê a força política da Amazônia? – artigo de Elson Martins

Elson Martins

06.05.2017 7:18

Atualizado 08.05.2017 às 9:42

Nove governadores da Amazônia Legal participaram em Porto Velho (RO), nos dias 4 e 5, do 14º Fórum de Governadores, procurando soluções para problemas comuns de gestão. Na pauta do evento, foram priorizados os temas Segurança Pública, Meio Ambiente e Turismo. Mas Mudanças Climáticas e Transporte chegaram a roubar a cena. Entre os estados, entretanto, tem prevalecido a falta de sintonia.

A Amazônia Legal equivale a 60% do território nacional e compreende: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins, parte do Maranhão e do Mato Grosso. É a maior fronteira de recursos naturais do planeta, possui 20% da água doce de todos os rios do mundo, um terço das florestas tropicais e tem a maior diversidade da vida animal e vegetal.

Todo esse rico bioma padece historicamente com a adoção de políticas erradas. Chegou ao ponto de não ser reconhecido como um só bioma, mas sim como várias amazônias, todas apresentando perdas irreparáveis de seu patrimônio natural. Nos últimos 40 anos, a região perdeu mais de um milhão de quilômetros quadrados dessa riqueza.

É senso comum entre os estudiosos que as perdas decorrem de uma histórica intervenção militar no planejamento regional. Essa tendência foi ampliada durante a ditadura de 1964, quando os militares, sem debate, planejaram o crescimento e desenvolvimento promovendo o saque e a destruição do bioma. Com o Plano Nacional de Viação (PNV) e o Plano de Integração Nacional (PIN) abriram caminho para a ocupação desordenada cujos males vemos e vivemos hoje.

De lá para cá tem ocorrido, prioritariamente, a instalação da pecuária e do agronegócio na Amazônia. E o estabelecimento de megaprojetos com capital internacional que promovem o saque das riquezas minerais. Como consequência, a grilagem de terras, a expulsão de famílias tradicionais, o extermínio de grupos indígenas e perdas irreparáveis ao meio ambiente. Tal política acabou por criar as “várias” amazônias.

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Estados como Pará, Amapá e Maranhão são dominados por esses enclaves. O maior deles é a Vale do Rio Doce, que já ostenta orçamento maior que o do Estado do Pará, onde se instalou. Alumínio, manganês, ouro, diamante, ferro – tudo escorre para os mercados internacionais sem valor agregado. São riquezas amazônicas que enriquecem outras praças e deixam o povo amazônico mais pobre.

Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Roraima exploram minério, pecuária, soja e madeira de forma predadora. Produzem riqueza para fora do país. Com a Zona Franca o Estado do Amazonas, virou polo industrial de São Paulo e montador de produtos made in Estados Unidos, Europa e Ásia. Exporta madeira e material genético para o mundo, com prejuízos sociais e ambientais.

O Acre é um dos únicos estados que destoa do saque. Desde 1999, adota políticas preservacionistas sugeridas pelo movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes nos anos 1970/1980. É o único estado amazônico que possui credencial para ser compensado pela política de baixo carbono, recebendo apoio de bancos internacionais (KfW, Bird e BID). Possui status de “boa governança”, seguindo programa de sustentabilidade.

Não consegui ver se no encontro de Porto Velho algum governador apontou caminho para a sustentabilidade regional. Ou se criticou a situação desfavorável em que seu estado se encontra por conta das políticas destruidoras apoiadas pelas elites nacionais.

Crescimento e desenvolvimento são coisas diferentes. O desenvolvimento só ocorre com a participação e melhoria de vida das comunidades autóctones.

As estradas de penetração que os militares abriram a partir dos anos 60 (BR-364, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, BR-317) podem ter gerado algum crescimento, mas não desenvolvimento.

Cientistas e estudiosos da Amazônia apontam algumas das maldades perpetradas contra a Amazônia desde o início de sua ocupação. Primeiro com a exploração da borracha e da castanha. As atividades, principalmente a borracha no fim do século 19 e começo do século 20, enriqueceram cidades nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro e fizeram alguma melhoria em Manaus e Belém. Mas a maior riqueza foi para Europa e Estados Unidos.

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Hoje a situação de exploração permanece: as hidrelétricas construídas ou projetadas na Amazônia produzem energia para os enclaves como Vale do Rio Doce (no Pará) e para o Brasil desenvolvido no Sudeste. Toda a parte desenvolvida no país, no Sul e Sudeste, dependem do bioma amazônico. As populações, as atividades agrícolas e o próprio agronegócio não sobreviveriam sem os “rios voadores” que se formam na Amazônia e são levados para lá, caindo na forma de chuva. Um fenômeno que depende da aspiração e transpiração da água processadas por árvores (uma árvore adulta chega a lançar, diariamente, de 300 a mil litros de água na atmosfera).

Vê-se, então, que a Amazônia fornece de graça, mas com altos custos ambientais, energia e água potável para o Brasil desenvolvido do Sul e Sudeste. Não seria justo compensar a região por esse serviço?

Durante a ditadura, os militares que abriam as veias (estradas) de penetração na região com custos monumentais argumentavam que estavam daquela forma “conquistando” um novo país – a Amazônia. Para quem, e de que forma? Talvez agora os governadores, os políticos, os estudiosos, o povo de um modo geral passam planejar uma “conquista” sustentável, de verdade, com grande força política e comunitária, para o bem do país e do mundo, mas também para nós, amazônidas.

<http://www.agencia.ac.gov.br/cade-forca-politica-da-amazonia-artigo-de-elson-martins/>

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Parceria educacional fortalece desenvolvimento sustentável no Acre

Maria Meirelles

09.05.2017 17:34

Atualizado 09.05.2017 às 17:38



Os professores da Ufac dialogaram com os gestores do Colorado para definir linhas de pesquisas (Foto: Angela Peres/Secom)

O crescimento e a expansão de linhas de pesquisas ambientais, sociais e econômicas, bem como a formação e qualificação de pesquisadores locais, garantem a continuidade da política de desenvolvimento sustentável, impulsionada pelo governador Tião Viana.

Durante uma semana, Colleen Scanlan Lyons, diretora da Força-Tarefa de Governadores sobre Clima e Florestas (GCF), e o professor Peter Newton, do departamento de estudos ambientais da Universidade do Colorado, estiveram em Rio Branco para conhecer de perto as práticas desenvolvidas pelo Estado e dialogar com reitor e professores da Universidade Federal do Acre (Ufac), no intuito de definir linhas de pesquisas, que serão ofertadas por meio de uma parceria interinstitucional.

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

A articulação educacional com a Universidade do Colorado, feita por Tião Viana, consiste na oferta de cursos de mestrado, doutorado, nas áreas de Direito e Desenvolvimento Sustentável, e intercâmbios entre estudantes acreanos e americanos, a partir de 2018.

“Essa parceria vai nos ajudar mais ainda a fortalecer essa política de baixas emissões de carbono, que tem o Acre como referência global”, destacou a diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Magaly Medeiros.

Para Colleen Lyons, o Acre é rico em experiências bem sucedidas. “Nós temos várias vertentes em comum, que podem gerar pesquisas aplicadas, pois o Acre tem muito a ensinar. Teremos nossos professores e alunos chegando aqui, para conhecer a realidade que a gente só viu nos livros, na teoria, e poderemos enfim constatar na prática. Uma vez que o Acre é pioneiro, com 87% de sua floresta preservada, o que é impressionante. Além disso, desenvolve mecanismo de proteção e geração de renda das pessoas, que convivem em harmonia com o meio e em alta qualidade de vida”, afirmou.

Segundo o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufac, Josimar Batista, o Parque Zoobotânico (PZ) é uma referência em pesquisas na área ambiental. “Ao apresentar para os professores da Universidade do Colorado as pesquisas que realizamos no PZ da Ufac, a expectativa é que no futuro possamos desenvolver projetos de pesquisas estruturantes no contexto de biodiversidade, manejo florestal e educação ambiental, que auxiliem na geração de novas políticas públicas”, ressaltou.

Referências e trocas

A Universidade do Colorado-Boulder (UCB) é vencedora de cinco prêmios Nobel. A instituição conta com o melhor laboratório de física do mundo e um dos melhores de engenharia dos Estados Unidos, além de um programa de pós-graduação ambiental focado na resolução de problemas práticos que pode se adaptar à realidade acreana na busca pelo desenvolvimento econômico e social aliado à preservação ambiental.

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

Enquanto o Acre se destaca no cenário global por ser o primeiro no mundo em executar o programa global REM (REDD Early Movers – pioneiros na conservação), financiado pelo Banco Alemão KfW – política de compensação por serviços ambientais pautada na baixa emissão de carbono, por meio da redução do desmatamento ilegal.

“O Acre é um pioneiro, uma liderança em regiões de floresta tropical. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e nós hoje somos referência, pois sempre tivemos um processo amplo de parcerias. Essa parceria entre governo do Acre, Ufac e a UCB mostra o compromisso do Estado com as primeiras gerações e atuais, desenvolvimento sustentável e com a ciência”, salientou, Dande Tavares, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre (CDSA).

<http://www.agencia.ac.gov.br/parceria-educacional-fortalece-desenvolvimento-sustentavel-no-acre/>

Oficina debate estratégias de atuação durante o período de seca no Acre

André Araújo

18.05.2017 17:55

Atualizado 18.05.2017 às 17:55



Representantes que compõem a comissão estiveram reunidos no auditório da Funtac para apresentar as ações de enfrentamento aos desastres naturais desenvolvidos em 2016 e articular novas propostas para este ano (Foto: Angela Peres/Secom)

Nesta quinta-feira, 18, o governo do Acre, por meio do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), que preside a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA), promoveu a oficina de trabalho Vulnerabilidade à Seca de 2017.

Os representantes que compõem a comissão estiveram reunidos no auditório da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), para apresentar as ações intersectoriais de enfrentamento aos desastres naturais desenvolvidos em 2016 e articular novas propostas para este ano.

Nos últimos dois anos, o nível do Rio Acre registrou as marcas de 18,40 metros, caracterizando o maior volume de cheia, e posteriormente alcançou o pior cenário de

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

seca do manancial, com 1,30 metros, de acordo com as medições realizadas pela Defesa Civil Estadual.

“Com esses dados, há um grande indicativo de que o clima está mudando drasticamente. Atento a esses cenários, este seminário vem marcar a construção de um plano de prevenção, combate e controle a esses eventos climáticos extremos, que podem trazer uma série de consequências à sociedade e ao meio ambiente”, relata o titular da Sema, Edegard de Deus.

O gestor relembra que nos anos de 2005 e 2010 também ocorreram graves secas que atingiram vários municípios acreanos, fato que impacta diretamente a produção agrícola, a segurança alimentar e o acesso à água potável, entre outros aspectos.

“A gestão estadual tem aprimorado cada vez mais a sua rede de monitoramento hidrometeorológico, bem como as ações de acompanhamento dos focos de calor e riscos de fogo, além de proporcionar maior agilidade nos processos e resposta rápida da Defesa Civil”, disse.

Participam da oficina, como palestrantes especiais, pesquisadores do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e meteorologistas do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Abastecimento público

O Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (Depasa) segue com o modelo estabelecido em julho do ano passado, no qual as Estações de Tratamento de Água (ETAs) da capital recebem o auxílio de bombas em balsas flutuantes.

“Todos os dias monitoramos os equipamentos e trabalhamos para captar a quantidade de água necessária para distribuir à população. Com a experiência do ano passado, continuaremos com os mesmos esforços e atentos às movimentações do rio, e pedimos a colaboração dos consumidores para que evitem qualquer forma de desperdício”, informa o superintendente do Depasa em Rio Branco, Miguel Félix.

<http://www.agencia.ac.gov.br/oficina-debate-estrategias-de-atuacao-durante-o-periodo-de-seca-no-acre/>

Acre debate financiamento sustentável junto a mercados de carbono da aviação

27.05.2017 - Maria Meirelles



Complexo de Piscicultura foi apresentado aos visitantes (Foto: Diego Gurgel/Secom)

Os membros do grupo de trabalho Offsets de Carbono Florestal do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Organizações Governamentais, da Sociedade Civil, Membros da Academia, do Setor Privado e Lideranças Comunitárias Extrativistas e Indígenas protagonizaram o segundo encontro do coletivo na última quinta-feira, 25, em Rio Branco.

Durante a reunião, os participantes analisaram as possibilidades de mercado para financiamento de políticas de conservação de florestas no Brasil, por meio da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci).

O Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (Corsia) tem o intuito de complementar os esforços do setor, limitando qualquer aumento anual das emissões totais de CO² acima dos níveis de 2020.

Apresentado pela diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Magaly Medeiros, o Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (Sisa) agrega

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

experiências positivas, obtidas por meio da política de baixa emissão de carbono e desenvolvimento sustentável, que o governo do Estado executa.

Por ter sido o primeiro no mundo a desenvolver o programa global REM (Redd Early Movers – pioneiros na conservação) e obter resultados concretos, o Acre tem papel importante no debate de uma economia descarbonizada, que tem como base a valorização do ativo ambiental, crescimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida.

“Acreditamos que as florestas tropicais tem grande relevância na mitigação dos efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas. Portanto, é fundamental superar eventuais dificuldades que se têm na inovação das políticas públicas, que garantam o financiamento robusto e contínuo de uma economia de baixo carbono na região, através da valorização desses ativos. O Acre se beneficia, bem como toda a Amazônia, uma vez que essa é uma região estratégica para o desenvolvimento sustentável no Brasil, representando 60% do território”, salientou o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre, Dande Tavares, co-organizador do evento.

Segundo o presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senador Jorge Viana, o Brasil precisa aprofundar mecanismos de valorização econômica da floresta. “A floresta precisa ser vista como um ativo econômico, que pode e deve ser manejada, e não pode ser destruída. O Acre tem se destacado nesse segmento, inclusive recebendo compensação de crédito de carbono, por conservar e reduzir o desmatamento, mas nós queremos que o Brasil mude sua posição, especialmente por conta das emissões significativas no mundo, por conta da aviação internacional”, frisou.

Resultados

Na sexta-feira, 27, os membros do grupo de trabalho Offsets Florestais do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas visitaram os empreendimentos de baixa emissão de carbono e alta inclusão social, Peixes da Amazônia e Cooperacre, fomentados pelo Estado por meio da política de Redd+.

Para o pesquisador sênior do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), a política de Redd+ é fundamental para a consolidação de negócios sustentáveis. “Seguramente, incorporar o valor que serviços

CLIPPING TEMÁTICO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS/ Maio de 2017

ambientais trazem para gestão, é um passo fundamental para consolidar e levar esses negócios para outros estados. O valor que o Acre tem, em termo de conhecimento acumulado, é enorme”, destacou.

A analista da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá, Mariane Nardi, observou que todos os estados estão caminhando, dentro da Amazônia, para um processo mais sustentável. “Quando a gente vê essas experiências na prática e constata o envolvimento da população e ganhos reais da floresta, é algo extremamente satisfatório e nos motiva a trabalhar ainda mais nos nossos estados”, disse.

<http://www.agencia.ac.gov.br/acre-sedia-debate-para-prospectar-mercados-de-offsets-no-setor-da-aviacao/>